



FACULDADE
SERRA DO CARMO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 001/2023. FASEC, de 01/01/2023



Comissão Própria de Avaliação (CPA)

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - 2023 - 2025

INEP/SINAES – LEI 10.861, de 14 de abril de 2004.

Palmas - TO, 2023



SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2 | BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE SERRA DO CARMO..... | 5 |
| 3 | BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FACULDADE SERRA DO CARMO | 7 |
| 4 | CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO..... | 9 |
| 5 | JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DA FACULDADE SERRA DO CARMO..... | 11 |
| 5.1 | LEGISLAÇÃO..... | 11 |
| 5.2 | A AUTOAVALIAÇÃO | 12 |
| 6 | OBJETIVOS E METAS..... | 13 |
| 6.1 | OBJETIVO GERAL | 15 |
| 6.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 15 |
| 6.3 | METAS | 15 |
| 7 | COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO | 16 |
| 7.1 | COMPOSIÇÃO DA CPA..... | 16 |
| 7.2 | DAS FUNÇÕES DA CPA..... | 16 |
| 7.3 | FUNÇÕES DO PRESIDENTE DA CPA | 17 |
| 7.4 | FUNCIONAMENTO DA CPA..... | 17 |
| 8 | METODOLOGIA..... | 18 |
| 7.1 | PLANEJAMENTO DAS ETAPAS | 19 |
| | Etapa 1: Preparação | 19 |
| | Constituição: | 19 |
| | Planejamento: | 19 |
| | Sensibilização: | 19 |
| | Etapa 2: Desenvolvimento | 20 |
| | Etapa 3: Consolidação | 20 |
| 7.2 | INSTRUMENTOS..... | 21 |
| 8 | ESTRATÉGIAS | 22 |
| | Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional | 22 |



| | |
|--|----|
| Eixo 2: Desenvolvimento Institucional: | 22 |
| Eixo 3: Políticas Acadêmicas | 23 |
| Eixo 4: Políticas de Gestão | 23 |
| Eixo 5: Infraestrutura | 23 |
| DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO. | 24 |
| Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional | 24 |
| CATEGORIA 1.1: MISSÃO | 24 |
| CATEGORIA 1.2: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) | 24 |
| DIMENSÃO 2: A POLÍTICA PARA O ENSINO E DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO | 25 |
| ACADÊMICA E BOLSAS ACADÊMICAS. | 25 |
| CATEGORIA 2.1: ENSINO DE GRADUAÇÃO | 25 |
| CATEGORIA 2.2: PESQUISA | 26 |
| POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA: | 26 |
| POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: | 26 |
| ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE: | 26 |
| ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE: | 27 |
| DIMENSÃO 3: A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL. | 27 |
| CATEGORIA 3.1: RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL. | 27 |
| CATEGORIA 3.2: RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ENSINO E NA PESQUISA | 28 |
| DIMENSÃO 4: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE. | 28 |
| CATEGORIA 4.1: POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE | 28 |
| CATEGORIA 4.2: ARTICULAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES INTERNA E EXTERNA. | 29 |
| DIMENSÃO 5: AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. | 29 |
| CATEGORIA 5.1: CORPO DOCENTE | 29 |
| CATEGORIA 5.2: SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS | 30 |
| DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM O MEC, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS. | 30 |
| CATEGORIA 6.1: GESTÃO INSTITUCIONAL. | 30 |
| CATEGORIA 6.2: ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL. | 31 |



| | |
|---|-----------|
| CATEGORIA 6.3: ÓRGÃOS COLEGIADOS | 31 |
| DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO, DE PESQUISA, DA BIBLIOTECA, DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO..... | 31 |
| CATEGORIA 7.1: INSTALAÇÕES GERAIS..... | 31 |
| CATEGORIA 7.2: BIBLIOTECA | 32 |
| CATEGORIA 7.3: LABORATÓRIOS E INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS..... | 33 |
| DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. | 33 |
| CATEGORIA 8.1: PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL..... | 33 |
| CATEGORIA 8.2: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL..... | 34 |
| DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES..... | 34 |
| CATEGORIA 9.1: CORPO DISCENTE..... | 34 |
| CATEGORIA 9.2: EGRESSOS | 35 |
| ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO: | 35 |
| DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. | 35 |
| CATEGORIA 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA..... | 35 |
| 9 CRONOGRAMA..... | 36 |
| 10 RECURSOS | 38 |
| 10.1 RECURSOS HUMANOS..... | 38 |
| 10.2 RECURSOS MATERIAIS / EQUIPAMENTOS (INFRAESTRUTURA)..... | 38 |
| 10.3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS / FINANCEIROS, EM R\$..... | 38 |
| 11 META-AVALIAÇÃO | 39 |
| 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| REFERÊNCIAS | 40 |
| DOCUMENTOS..... | 40 |

1 INTRODUÇÃO

A avaliação, em todas as áreas e organizações, representa um valioso instrumento para o desenvolvimento institucional. A experiência acumulada, analisada sistematicamente, pode conduzir ou resultar em aperfeiçoamento e implementação de projetos inovadores, garantindo o aspecto dinâmico do sistema. É um processo que deve estar integrado ao planejamento institucional, para permitir a identificação de novas necessidades e a redefinição dos objetivos e prioridades, inserido na política mais ampla de desenvolvimento acadêmico e administrativo. Atribuindo relevância ao histórico da Instituição, devem ser constantemente analisados os fatos passados e presentes, para dimensionar o futuro.

A avaliação institucional deve ser construída coletivamente por todos os segmentos da Faculdade, de forma processual e permanente, com a preocupação de fomentar o debate e o aperfeiçoamento da qualidade das ações que promove.

A autoavaliação que será conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Serra do Carmo tem por objetivo geral identificar os aspectos fortes e potencialidades e os vulneráveis desta Instituição e estabelecer estratégias de superação e de inovação. Constitui-se num processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, desvendando formas de organização, administração e ação, para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

O Relatório Final será enviado ao CONAES/DEAES/INEP, para subsidiar a avaliação externa das práticas desenvolvidas, e encaminhado à Direção Geral da Faculdade para subsidiar reflexões e tomada de decisões quanto às melhorias futuras desta instituição.

Este projeto apoia-se na Lei 10.861 de 14 de abril de 2014, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e pretende consolidar a auto avaliação de modo abrangente, sistêmico, contínuo, sintetizando as dimensões que definem a Instituição e na Portaria MEC nº. 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação e prevê que a auto avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela

equipe da CPA, com o objetivo de proceder à auto avaliação nas instituições de Educação Superior (IES).

O SINAES, e caracteriza a CPA como sendo:

- a) Responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.
- b) Autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.
- c) Constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada.

Comprometida com a concepção e princípios da Faculdade Serra do Carmo, a Comissão Própria de Avaliação é constituída pela Portaria nº 007/2017. FASEC, de 04/08/2017, definindo sua composição, em consonância com os ditames de seu Regimento.

2 BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE SERRA DO CARMO

A Faculdade Serra do Carmo, mantida pela Sociedade de Ensino Serra do Carmo, foi credenciada pela Portaria Nº. 3.168 de 5 de outubro de 2004 e iniciou suas atividades no dia 16 de novembro de 2005 com o objetivo de se tornar referência em educação superior no Tocantins. Na época de sua fundação a instituição obteve autorização para a abertura dos cursos de Administração (Portaria 3.179 de 5 de outubro de 2004) e Ciências Contábeis (Portaria 3.169 de 5 de outubro de 2004). No ano de 2006 as tentativas de abertura de turmas não obtiveram sucesso, o que adiou o início das atividades. Em 2007, a Faculdade recebeu autorização para a abertura do curso de Direito (Portaria 34 de 08 de janeiro de 2007). O funcionamento efetivo da Faculdade Serra do Carmo ocorreu, portanto, no primeiro semestre do ano de 2007 com a abertura de duas turmas, sendo uma do Curso de Direito e uma turma do Curso de Administração, ambas no período noturno. No segundo semestre desse mesmo ano, a Instituição promoveu vestibular e conseguiu criar mais uma turma do Curso de Direito no Período Matutino, e outra do Curso de Administração no turno noturno.



Em seus 11 (onze) anos de funcionamento, a Instituição tem experimentado diferentes enfoques e práticas gerenciais, frutos de mudanças conjunturais internas e externas. A velocidade das transformações sociais e a rápida evolução do conhecimento têm demandado uma mudança no perfil da Instituição, provocando melhorias nos serviços prestados pela Instituição.

Hoje conta com um total de 37 (trinta e sete) turmas, dos 3 (três) cursos, distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

São **princípios norteadores** da Faculdade Serra do Carmo:

- ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade,
- atuante no resgate da cidadania, na formação do cidadão como ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo,
- aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserida,
- comprometida com resultados, onde o seu lucro será o elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade, e
- aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos destinados à atuação na prática profissional.

O **Projeto Pedagógico Institucional** da Faculdade Serra do Carmo centra-se:

- I. numa **função política**, capaz de colocar a educação como fator de inovação e mudanças na região de Palmas;
- II. numa **função ética**, de forma que, ao desenvolver a sua missão, observe e dissemine os valores positivos que dignificam o homem e a sua vida em sociedade;



- III. numa **proposta de transformação social**, voltada para a região de Palmas;
- IV. no **comprometimento da comunidade acadêmica** com o desenvolvimento do País e em especial da região de Palmas, sua principal área de atuação;
- V. num modelo de gestão que tem como metas: a relevância da educação, a busca constante da **qualidade da educação ofertada** e a construção de uma sociedade justa e solidária.

A estrutura administrativa da Faculdade Serra do Carmo é constituída pelos seguintes órgãos de administração superior:

- a) O Conselho Superior - CONSUP
- b) A Direção Geral

Infraestrutura

O perfil atual da Faculdade Serra do Carmo:

- Sede única em Palmas-TO,
- **3 cursos de graduação (Administração, Ciências Contábeis e Direito) com aproximadamente 821 alunos matriculados;**
- **Corpo docente com 24 professores (especialistas, mestres e doutores).**
- **Quadro próprio de 21 funcionários técnico-administrativos.**
- Área física alugada de 6 mil m².

Oferta de Cursos de Graduação

Condição Legal

Curso de Administração – Portaria 213, de 17 de maio de 2013

Curso de Ciências Contábeis – Portaria 3.169, de 05 de outubro de 2004

Curso de Direito – Portaria 34, de 08 de janeiro de 2007

3 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FACULDADE SERRA DO CARMO

A primeira Comissão de Avaliação da Faculdade Serra do Carmo foi incumbida de organizar e estimular o processo de avaliação no âmbito da instituição, tendo como objetivo principal criar espaço necessário para o desencadeamento do processo de avaliação de forma sistemática.

A institucionalização do Processo de Avaliação ocorreu com a inserção da avaliação institucional no Plano de Ação da Gestão, ocasionando um grande impulso às ações que vinham se desenvolvendo. Deste modo, a avaliação institucional, entendida como condição para o desenvolvimento qualitativo do ensino superior, passou a ser empreendida no período em questão sob a forma de processo envolvendo três aspectos associados: o projeto pedagógico, a estrutura curricular e o desempenho acadêmico dos docentes.

A partir das ações iniciais de avaliação, foram estabelecidas as seguintes metas:

- consolidação e expansão da avaliação dos cursos e reestruturação curricular,
- avaliação do conjunto dos cursos noturnos sob a ótica da relação educação e trabalho;
- avaliação do docente pelo discente na perspectiva da avaliação das disciplinas;
- auto avaliação docente como decorrência da análise do previsto/realizado em relação aos Planos de Ensino;
- avaliação do desempenho técnico-administrativo;
- avaliação da gestão financeira.

A partir de então a avaliação passou a abranger todos os aspectos da vida universitária tendo como pressuposto a interação entre planejamento institucional e avaliação, enquanto elementos orientadores da tomada de decisão, objetivando:

- intensificar a discussão com a comunidade universitária, sensibilizando-a para uma participação mais efetiva no processo de avaliação;
- dar sequência ao processo de avaliação do ensino de graduação na perspectiva de avaliação dos cursos;
- reorganizar a estrutura institucional para o planejamento, a implementação e o acompanhamento do projeto de avaliação institucional;
- adequar a metodologia às exigências do modelo nacional;

A partir das necessidades detectadas pela avaliação institucional foram implantadas medidas saneadoras como:

- incentivo à formação de grupos de estudo;
- promoção de assessoramento didático-pedagógico;



A expansão do processo de avaliação apontou para a necessidade de aprofundamento em questões desafiadoras como o aperfeiçoamento das formas de ingresso na graduação, bem como as condições de mobilidade e Permanência do corpo docente.

Para a atual gestão a Avaliação Institucional foi inserida como um projeto estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional. O planejamento passou a ser assumido como processo permanente e concebido com a efetiva participação da comunidade acadêmica, pedagógica e administrativa.

No seu Planejamento Estratégico a Faculdade Serra do Carmo estabeleceu como missão: *“produzir, sistematizar e socializar o saber científico, cultural e tecnológico, ampliando e aprofundando o ser humano para exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e democrática e com qualidade de vida”* e definiu os seguintes objetivos:

- buscar a eficiência acadêmica;
- promover a inovação tecnológica dos cursos;
- implantar programa de avaliação institucional;
- aperfeiçoar a gestão da Faculdade;
- expandir a oferta de vagas;
- implantar política de marketing institucional.

Nos processos de avaliação, foi realizado reuniões Internas sobre Avaliação Institucional e seu impacto no processo geral de qualidade de serviço prestado para a sociedade.

A Faculdade Serra do Carmo busca construir uma cultura de avaliação na qual a participação seja a palavra-chave no processo de autoconhecimento e culmine no aumento da qualidade da formação dos seus alunos e dos seus serviços prestados à sociedade.

4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A Instituição de Ensino Superior, cujo interesse precípua é preservar e melhorar a qualidade de seu desempenho, como conceito multidimensional, deve servir-se da avaliação para conduzir uma análise crítica de suas realizações e

potencialidades; a avaliação realizada de forma constante, concomitante às ações realizadas, fundamentará a redefinição de políticas, objetivos, processos de Gerenciamento acadêmico, apontando as questões estratégicas para o desenvolvimento institucional.

Enfatiza Belloni (1998, p.53), “a avaliação oferece elementos para seu autoconhecimento e subsídios para a implementação de ações isoladas ou em função de um novo projeto político-acadêmico”.

Assim, a avaliação é imprescindível para o planejamento e implementação de ações que atendam às demandas sociais, econômicas e políticas, desde que revigore o conhecimento da realidade institucional, seus problemas, potencialidades, particularidades e aspectos distintos.

Diz Dias Sobrinho (1998, p.61): “A realização da avaliação por decisão da própria Instituição significa que ela sente necessidade de dar-se a conhecer e abrir-se às críticas da comunidade acadêmica e científica e da sociedade”.

A avaliação implica elaborar procedimentos capazes de apreender a dinâmica interna; documentada em relatórios, deve ser acessível a todos; os relatórios síntese permitem visualizar a estrutura geral de funcionamento, enquanto através da avaliação qualitativa, analítica e crítica é possível examinar a qualidade das atividades, o alcance dos objetivos, medir esforços, tendências e resultados.

Para Marcovitch (1998, p.101),

a boa avaliação associa a qualidade e a quantidade, o estímulo ao bom desempenho e as medidas emergenciais ou de longa maturação para corrigir os erros. Combina, igualmente, pareceres internos e externos, considerando as peculiaridades de cada área avaliada. A boa avaliação induz à expansão do campo a ser explorado em busca do conhecimento.

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo; ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Assim, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

A avaliação não deve constituir-se num fim em si mesma; integrada ao planejamento, inserida na discussão do projeto mais global de desenvolvimento acadêmico e administrativo, incorpora-se ao processo de busca de qualidade acadêmica e de novos rumos da universidade inserida no contexto externo, dinâmico e em constante processo de transformação. Toda avaliação está ligada a um quadro de valores e interesses que tem ligação direta com os destinos da comunidade acadêmica, ou seja, afirma determinados valores e levanta determinados pontos de conflito ou de processos a serem modificados e/ou mantidos.

A autoavaliação age sobre as mentalidades e as filosofias educativas, e, a partir disso, define estilos de gestão, fornece elementos para tomadas de decisão, fixa determinados tipos de currículo, valoriza programas, legitima saberes e práticas, instrumenta políticas de regulação, de seleção social e de financiamento etc.

5 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DA FACULDADE SERRA DO CARMO

5.1 LEGISLAÇÃO

O processo de avaliação das instituições de educação superior foi definido pelo MEC por meio da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que cria o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, “com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9394, de 20/12/1996.

O SINAES é um sistema integrado de avaliação das instituições e fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, e compreende a:

- Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)
- Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)
- Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Entre os princípios fundamentais do SINAES pode-se citar a responsabilidade social com a qualidade da educação superior, o reconhecimento da diversidade do sistema, o respeito à identidade, à missão e à história das instituições.

A Portaria nº 2051, de 9/07/2004, regulamenta os procedimentos do SINAES, definindo as competências da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Segundo cap. III – da Avaliação - a realização das avaliações será de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que instituirá a Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas.

Conforme art. 5º, as Comissões Externas de Avaliação Institucional e as Comissões Externas de Avaliação de Cursos serão designadas pelo INEP, para as avaliações in loco.

O art. 7º refere-se às **Comissões Próprias de Avaliação (CPAs)**, previstas no art. 11 da Lei 10.861, cuja atribuição é a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e prestação de informações ao INEP; recomenda que tenha autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, busque a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e realize ampla divulgação de sua composição e atividade.

A Portaria nº 107, de 22/07/2004 dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

5.2 A AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação das instituições de ensino superior é objeto primordial para a qualificação do ensino. É desenvolvida em 2 momentos:

- Autoavaliação, conduzida pela CPA.
- Avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP.

A autoavaliação deverá oferecer uma visão global da instituição, constituindo-se em um processo de análise do que ela é e do que pretende ser, sua forma de organização, administração e ação. A avaliação deve ser feita permitindo analisar a coerência entre a missão e as políticas institucionais, à luz do seu Planejamento Pedagógico Institucional (PPI), com vista à melhoria da qualidade e ao seu desenvolvimento. Deve privilegiar o conceito de avaliação como prática educativa e

participativa, buscando valorizar as qualidades e identificar as causas dos problemas, analisando as possibilidades e desafios que enfrenta ou deve enfrentar para o futuro. Daí a importância da participação de todos os segmentos acadêmicos.

Portanto, com o entendimento da autoavaliação como prática permanente de construção e consolidação da cultura de avaliação na Faculdade Serra do Carmo, justifica-se a elaboração desta **proposta de avaliação institucional**, em consonância com a comunidade acadêmica e com os demais conselhos superiores da Instituição.

6 OBJETIVOS E METAS

A avaliação interna ou auto avaliação tem como **principais objetivos produzir conhecimentos**, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a auto avaliação **é um importante instrumento para a tomada de decisão** e dele resultará um **relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões**.

No processo de avaliação das instituições, serão consideradas também informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior, dos documentos de credenciamento e reconhecimentos da IES e outros considerados pertinentes pela CONAES.

A avaliação interna ou auto avaliação é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

As dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º estão organizadas em três núcleos:

- **Núcleo básico e comum** – contempla tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna de todas as IES.
- **Núcleo de temas optativos** – contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional. Eles devem ser entendidos como sugestões para as reflexões e discussões da comunidade acadêmica – corpo discente, docente e técnico administrativo.
- **Núcleo de documentação, dados e indicadores** – são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações.

De modo especial, as dimensões que envolvem questões financeiras devem ser analisadas de acordo com a natureza jurídica da instituição e a sua organização administrativa. Neste sentido, é importante estabelecer a relação necessária com a mantenedora. *Estas dimensões, entretanto, não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação e sim, vistas como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas.*

A concepção central de avaliação a ser conduzida pela CPA da Faculdade Serra do Carmo é a participação. Todos os atores da Faculdade serão convidados e incentivados a participar da autoavaliação institucional para se garantir os diversos olhares e vozes aí presentes. Para isto, a triangulação dos dados coletados é de fundamental importância, ou seja, um mesmo evento será avaliado de três ou mais óticas quando isto for possível. O processo de auto avaliação abrangerá o ensino, corpo docente, técnico administrativo, infraestrutura e projetos oferecidos pela Faculdade Serra do Carmo.

A avaliação do tipo participativa assegura a democratização do processo de avaliação, está aberta a críticas de qualquer natureza. As reflexões que a análise dos dados permite fazer vão sendo socializadas ao longo do processo.



6.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver e consolidação uma cultura de avaliação participativa, para o autoconhecimento e o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, extensão e da gestão na Faculdade Serra do Carmo, por meio do binômio planejamento/avaliação, buscando melhorar a educação e o funcionamento técnico de suporte ao seu desenvolvimento.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- coordenar um processo contínuo de autoavaliação;
- colaborar para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, extensão e da gestão;
- propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;
- fortalecer o compromisso social da Instituição;
- colaborar para a transparência da Instituição como um todo, em seus diversos níveis.
- integrar as diversas iniciativas de avaliação já existentes na Instituição;
- assegurar a participação voluntária e corresponsável pela auto avaliação, quanto ao processo, indicação de resultados e implementação de mudanças pelos segmentos envolvidos;
- avaliar a instituição como um todo (recursos humanos, infraestrutura dentre outros.).

6.3 METAS

Como metas específicas, a auto avaliação visa analisar as dez dimensões estabelecidas em lei:

- a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- a responsabilidade social da instituição;
- a comunicação com a sociedade;



- as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo;
- organização e gestão da instituição;
- infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa;
- planejamento e avaliação;
- políticas de atendimento aos estudantes;
- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

7 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

7.1 COMPOSIÇÃO DA CPA

A CPA da Fasec tem como membros representantes:

02 representantes do corpo docente;

02 representantes do corpo discente;

02 representantes do corpo técnico-administrativo;

02 representantes da sociedade civil.

A Direção Geral indicará o (a) presidente da CPA – será um dos representantes do quadro de pessoal da instituição.

7.2 DAS FUNÇÕES DA CPA

A CPA da Fasec é um colegiado de representação acadêmica que tem como objetivo coordenar e articular o processo de autoavaliação e tem como função:

- Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à diretoria da IES;
- Consolidar o processo de autoavaliação institucional, assessorando os processos de avaliação institucional externos;



- Mobilizar a participação na comunidade interna e externa do processo de avaliação institucional;
- Implementar e coordenar o processo de autoavaliação da instituição, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Conaes;
- Sugerir propostas de desenvolvimento institucional;
- Contribuir para a permanente melhoria dos processos gerenciais e pedagógicos da instituição e com o Sinaes.

7.3 FUNÇÕES DO PRESIDENTE DA CPA

Compete ao presidente da CPA:

- Conduzir o processo de avaliação institucional da IES;
- Representar a CPA junto aos órgãos superiores da IES e à Conaes;
- Prestar informações solicitadas pela Conaes e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Assegurar a autonomia do processo de avaliação;
- Convocar e presidir as reuniões da CPA.

7.4 FUNCIONAMENTO DA CPA

A constituição da CPA se dará por ato do dirigente máximo da instituição e deve assegurar a participação de todos os segmentos, comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, sem maioria absoluta de um dos segmentos. Para fins administrativos, a IES disponibiliza à CPA uma estrutura executiva, instalações, equipamentos e materiais necessários ao seu desempenho

Os representantes que integram a CPA têm mandato de 03 (três) anos, podendo haver recondução. Todas as decisões da CPA são tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes às reuniões. A CPA reúne-se, ordinariamente, três vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação de seu

coordenador ou pela maioria de seus membros. Os membros da CPA deverão seguir o Regulamento Interno da Comissão Própria de Avaliação.

Será substituído aquele membro que não participar de três reuniões consecutivas ou faltar a cinco reuniões alternadamente, o que caracterizará a impossibilidade de participação efetiva do mesmo, salvo justificativa cabível. As justificativas de faltas serão apreciadas e deliberadas em reunião da CPA. Ocorrendo a necessidade de substituição de membro, em caráter definitivo, a CPA constituirá uma lista tríplice de pessoas a qual será apresentada à Diretoria Acadêmica para que esta defina a escolha final.

8 METODOLOGIA

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimentos sobre sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os resultados de suas avaliações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A avaliação institucional na Faculdade Serra do Carmo consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, e ocorre em dois momentos durante o ano letivo:

1. Avaliação institucional geral realizada semestralmente, envolvendo toda comunidade acadêmica; diretores; técnico-administrativos; egressos dos cursos, representantes da sociedade civil organizada.

O processo de autoavaliação das atividades de ensino, extensão, planejamento e gestão na Fasec é norteado pelas etapas: *planejamento, sensibilização, questionário, coleta e análise de dados, apresentação dos resultados, plano de ação e melhorias, retorno à comunidade acadêmica, relatório de auto avaliação e publicidade.*

O Planejamento Pedagógico Institucional - PPI da Faculdade Serra do Carmo (2021-2025), aprovado no Conselho Superior em 2021 é um referencial durante a análise dos dados coletados no processo de autoavaliação institucional. Este processo busca inclusive alimentar as mudanças que se mostrarem necessárias para o andamento de soluções/melhorias a partir dos apontamentos dos avaliadores.

7.1 PLANEJAMENTO DAS ETAPAS

O projeto será realizado nas seguintes etapas:

Etapa 1: **Preparação**

Constituição:

- Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – Portaria Nº 001/2023, de 01 de janeiro de 2023.
- Cadastramento no INEP no mês de **maio** de 2023

Função: Coordenar e articular o processo interno de avaliação e disponibilizar Informações.

Planejamento:

- Elaboração do Projeto de avaliação: definição de objetivos, estratégias, metodologia recursos e cronograma.
- Levantar as ações de avaliação já existentes na instituição;

Sensibilização:

- Envolvimento da Comunidade Acadêmica, por meio de reuniões, palestras, e outros, divulgando nos meios de comunicação da Instituição.



Etapa 2: Desenvolvimento

- Concretização da proposta de avaliação e seu escopo, por meio de reuniões de sensibilização, sistematização das ideias, composição dos grupos de trabalho, construção de instrumentos para coleta de dados, definição de metodologia de análise, sistematização e interpretação de dados e de condições;
- Análise das ações de avaliação já existentes na instituição;
- Execução da avaliação segundo as dimensões previstas em lei;
- Elaboração de relatórios.

Etapa 3: Consolidação

- Elaboração, divulgação do relatório final; compreendendo ainda reflexão, enquanto balanço crítico, sobre os resultados que possibilitem ações futuras.
- Encaminhamento do Relatório Final ao CONAES/INEP.
- Meta-avaliação.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 001/2023. FASEC, de 01/01/2023

DEMANDAS PARA AVALIAÇÃO EM 2023 - 2025

| O que avaliar? | Quem avalia? | Como? | Quando? |
|--|--|---|--|
| Os cursos / AVA / Docentes | Discentes / Docentes | Questionário <i>online</i> | Semestral (1ª Quinzena de Maio e 2ª quinzena de outubro) |
| Equipe Técnica administrativo/ Instituição | Corpo técnico administrativo/ Docente/Discente e equipe pedagógica | Questionário <i>online</i> e apoio presencial aos colaboradores com pouca experiência digital | Semestral (1ª Quinzena de Maio e 2ª quinzena de outubro) |
| Coordenador de curso | Discente/Docente/equipe pedagógica/ Direção | Questionário <i>online</i> | Semestral (1ª Quinzena de Maio e 2ª quinzena de outubro) |



7.2 INSTRUMENTOS

No processo de auto avaliação institucional serão objetos de análise:

- Organização Institucional
- Plano de Desenvolvimento Institucional
- Projeto Pedagógico Institucional
- Gestão Institucional
- Avaliação Institucional
- Corpo Social
- Corpo Docente
- Corpo discente e egressos
- Corpo técnico-administrativo
- Estrutura física
- Instalações Gerais
- Biblioteca
- Laboratórios e instalações específicas.

Os instrumentos / procedimentos selecionados para a autoavaliação da Faculdade Serra do Carmo são:

- fóruns para divulgação e debates sobre o processo de auto avaliação da Faculdade Serra do Carmo, com participação do pessoal docente e discente;
- análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), planilhas financeiras e orçamentos;
- análise do Planejamento Pedagógico Institucional (PPI), projetos pedagógicos dos cursos, currículos, carga horária e práticas pedagógicas, eventos acadêmicos, sistema de avaliação;
- questionário para os alunos avaliarem as disciplinas de seu curso e seus professores, disponibilizado para esse fim, no Portal do Aluno;
- questionário para autoavaliação do trabalho docente, disponibilizado para esse fim, no Portal do Docente;
- reuniões dos coordenadores de cursos com professores e alunos para delimitar outros instrumentos para a coleta de dados nos cursos;



- entrevistas com amostragem de alunos, com egressos e membros da comunidade com o objetivo de sondar a imagem pública da instituição;
- análise dos mecanismos de divulgação e comunicação interna e externa;
- análise das políticas de pesquisa: linhas, relevância, grupos cadastrados nos órgãos de cooperação e fomento a pesquisa, produção científica e tecnológica, participação em congressos, eventos, cooperação interinstitucional, publicações, articulação com demais atividades acadêmicas, contribuição para o desenvolvimento regional;
- programas de iniciação científica, estágios, intercâmbio;
- análise da política de gestão acadêmica, atendimento dos alunos e professores, política de concessão de bolsa;
- análise da infraestrutura e instalações: Laboratórios, Biblioteca, equipamentos; conservação, ampliação, segurança;
- plano de carreira, capacitação docente e qualificação profissional.

8 ESTRATÉGIAS

Para cumprir os objetivos da proposta de avaliação institucional, a CPA da Faculdade Serra do Carmo, estrategicamente o processo avaliativo está dividido conforme as diretrizes do SINAES: 5 (cinco) eixos temáticos e constituídas por suas 10 dimensões:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e auto avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional:

Contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.



Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5: Infraestrutura

Contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Cada dimensão contemplada no respectivo eixo, definidas pela sua afinidade e/ou complexidade. A comissão terá prazos estipulados no cronograma geral do projeto de avaliação para cumprir as seguintes etapas:

- 1) Elaboração de proposta para coleta e análise dos dados, incluindo metodologias a serem aplicadas e definição de necessidades como pessoal, equipamentos, acesso a documentos, entre outros;
- 2) Levantamento de informações documentais e bibliográficas;
- 3) Elaboração de questionários e realização de entrevistas;
- 4) Tabulação dos dados e análise quantitativa;
- 5) Análise qualitativa e, quando possível, comparativa com outros modelos.
Este item deverá basear-se em bibliografia disponível;
- 6) Resultados e editoração (eletrônica e/ou impressa);
- 7) Divulgação dos resultados.

Todas essas etapas deverão ser acompanhadas, em reuniões da equipe durante e ao final de cada etapa. Será ressaltado que todas as etapas deverão trabalhar com pleno apoio da administração superior, contando com os recursos necessários à execução de suas tarefas.

No cumprimento de cada etapa, a equipe deverá propor e implementar mecanismos de sensibilização e motivação da comunidade interna e/ou externa com



a qual irá trabalhar, que pode incluir funcionários, professores, alunos, e o público externo (poderes públicos, imprensa, ONGs, Igrejas, outras IES etc.).

A CPA da Faculdade Serra do Carmo entende que o esclarecimento e a motivação das comunidades envolvidas são estratégias fundamentais para diluir resistências, conquistar credibilidade, e garantir o sucesso do processo de avaliação.

DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO.

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Categoria 1.1: **Missão.**

Aspectos a analisar:

- identidade entre a Instituição e a missão estabelecida;
- coerência entre a missão e o contexto local e regional;
- Importância local e regional na comunidade onde a Instituição se insere;
- coerência entre a missão e os planos, programas, projetos e políticas institucionais.

Categoria 1.2: **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**

Aspectos a analisar:

- aderência com a realidade institucional, avaliando se o PDI está coerente com a missão e com o contexto onde a Instituição está inserida;
- avaliação da implementação do PDI, se o que foi planejado está sendo executado e se está atendendo o cronograma previsto;
- envolvimento e participação efetiva dos órgãos colegiados e demais instâncias organizacionais na construção, implementação e revisão do PDI;
- articulação entre o PDI e o Projeto Político Pedagógico (PPI);
- articulação do PDI com a gestão e avaliação institucionais;
- articulação do PDI com as normas internas (Estatuto, Regimento Interno, Resoluções).



Dimensão 2: A política para o ensino e de estímulo à produção acadêmica e bolsas acadêmicas.

Categoria 2.1: Ensino de Graduação

Aspectos a analisar:

Políticas de ensino de graduação:

- concepção de currículos e organização didático-pedagógica de acordo com a missão da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- práticas pedagógicas em relação à transmissão das informações e à utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- pertinência dos currículos em relação aos objetivos institucionais, às demandas sociais e às necessidades profissionais e individuais;
- políticas de melhoria da qualidade da graduação e sua forma de operacionalização;
- articulação dos cursos com as demandas da sociedade;
- políticas de orientação e acompanhamento acadêmico;
- medidas de redução de evasão escolar;
- ocupação de vagas remanescentes.

Articulação entre o PPI e os projetos pedagógicos dos cursos:

- formas de gestão dos cursos e da Instituição;
- organização e estrutura;
- nível de internalização do PPI pelos corpos docente, técnico-administrativo e discente;
- coerência na articulação entre ensino e pesquisa.

Políticas de atividades formativas e complementares:

- programas de estímulo e apoio ao estudante;
- política de concessão de bolsas;
- envolvimento e participação do corpo discente -- estímulos institucionais à participação voluntária de alunos; participação em programas oficiais; apresentação dos resultados à comunidade.



Categoria 2.2: **Pesquisa**

Aspectos a analisar:

Políticas institucionais de pesquisa:

- coerência das políticas de pesquisa com os objetivos institucionais;
- definição das linhas de pesquisa institucionalmente prioritárias;
- relevância social e científica da pesquisa;
- vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;
- critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação de trabalhos;
- mecanismos de difusão da produção científica, tecnológica e cultural;
- grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sua produção;
- mecanismos implementados para a promoção do intercâmbio científico, tecnológico e cultural com outras instituições de ensino e pesquisa;
- grau de participação dos docentes em associações científicas, culturais e artísticas;
- articulação sistemática com o ensino e sua forma de operacionalização.

Políticas institucionais de iniciação científica:

- políticas institucionais para expansão e manutenção da iniciação científica;
- coerência com as políticas da Instituição;
- mecanismos para despertar a vocação científica;
- políticas de melhoria da qualidade da iniciação científica e suas formas de operacionalização;
- critérios para seleção de alunos e concessão de bolsas;
- forma de orientação aos alunos e perfil do orientador;
- mecanismos de difusão da produção científica, tecnológica e cultural;
- articulação com as linhas de pesquisa institucionais, com o ensino e sua forma de operacionalização.

Envolvimento e participação do corpo docente:

- atribuição de carga horária;



- apresentação da produção científica;
- apresentação de resultados em eventos científicos;
- captação de recursos;
- apresentação dos projetos de acordo com o calendário das agências de fomento e da Instituição.

Envolvimento e participação do corpo discente:

- política de concessão de bolsas;
- estímulos institucionais à participação voluntária de alunos;
- participação em programas oficiais;
- apresentação dos resultados à comunidade científica.

Fontes de Fomento:

- agências de fomento;
- recursos da Instituição;
- outras fontes de fomento;
- projetos submetidos às agências de fomento.

Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Categoria 3.1: Responsabilidade Social Institucional.

Aspectos a analisar:

- coerência entre as políticas de responsabilidade social e o PDI;
- mecanismos de transferência de conhecimento;
- grau de importância social das ações universitárias;
- impacto das atividades científicas, técnicas e culturais da Instituição para o desenvolvimento regional e nacional;
- responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos seus serviços prestados;
- grau de promoção de valores éticos;



- programas de incentivos, aprimoramento e qualidade de vida dos seus colaboradores;
- parcerias com ONGs e instituições públicas e privadas;
- ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, à promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, às políticas de ações afirmativas.

Categoria 3.2: Responsabilidade Social no Ensino e na Pesquisa

Aspectos a Analisar:

- inserção de responsabilidade social nos currículos;
- realização de eventos sobre responsabilidade social, que impactem na inclusão social, no desenvolvimento econômico e social, na defesa do meio ambiente, na memória cultural e na produção artística e patrimônio cultural;
- projetos de pesquisa e iniciação científica sobre responsabilidade social;
- cursos de capacitação em responsabilidade social;
- participação dos corpos docente, técnico-administrativo e discente nas iniciativas relativas à responsabilidade social.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

Categoria 4.1: Políticas de Comunicação com a Sociedade

Aspectos a analisar:

- coerência entre a comunicação com as comunidades interna e externa e a missão da Instituição;
- estratégias de comunicação interna e externa;
- recursos utilizados na comunicação interna e externa;
- qualidade da comunicação interna e externa;
- imagem da Instituição nos meios de comunicação social;
- estrutura de informações sobre a realidade institucional.



Categoria 4.2: **Articulação entre as comunidades interna e externa.**

Aspectos a analisar:

- acompanhamento da satisfação das comunidades interna e externa;
- procedimentos de atendimento das comunidades interna e externa;
- procedimentos de integração das comunidades interna e externa.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Categoria 5.1: **Corpo Docente**

Aspectos a analisar:

Perfil:

- critérios de admissão;
- titulação;
- experiência profissional no magistério superior;
- experiência profissional fora do magistério superior;
- políticas de acompanhamento do trabalho docente.

Condições Institucionais:

- regime de trabalho;
- plano de carreira;
- programas de capacitação e formas de operacionalização;
- ações de estímulo e incentivo aos profissionais.

Produtividade docente:

- políticas para publicações;
- produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais, artísticas e prestação de serviços.



Categoria 5.2: **Servidores Técnico-Administrativos**

Aspectos a analisar:

Perfil:

- critérios de admissão;
- formação profissional;
- experiência profissional;
- políticas de acompanhamento do trabalho técnico-administrativo.

Condições institucionais:

- programas de qualidade de vida;
- clima institucional;
- relações interpessoais;
- estrutura de poder;
- graus de satisfação pessoal e profissional;
- plano de desenvolvimento dos integrantes da carreira;
- políticas de capacitação e formas de operacionalização.

Produtividade nas atividades fim da Instituição:

- envolvimento na pesquisa e na prestação de serviços.

Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o MEC, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Categoria 6.1: **Gestão Institucional.**

Aspectos a analisar:

- coerência do plano de gestão com o PDI e PPI e cumprimento dos objetivos e projetos institucionais;
- coerência entre a estrutura organizacional oficial e a real;
- uso de gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- modos de participação dos atores na gestão;



- investimento na comunicação e circulação de informação;

Categoria 6.2: **Administração Institucional.**

Aspectos a analisar:

- programas institucionais de incentivos e benefícios à comunidade universitária e suas formas de operacionalização;
- programas de bem estar à comunidade universitária e suas formas de operacionalização;
- estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- sistema e recursos de informação e comunicação;
- controle de normas acadêmicas.

Categoria 6.3: **Órgãos Colegiados**

Aspectos a analisar:

- funcionamento;
- representatividade;
- atribuições;
- acompanhamento e controle.

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, da biblioteca, dos recursos de informação e comunicação.

Categoria 7.1: **Instalações Gerais.**

Aspectos a analisar:

Espaço Físico:

- Plano Diretor;
- instalações para o ensino e pesquisa;
- instalações para coordenações e docentes;
- instalações administrativas;
- condições de acesso para pessoas com dificuldades de locomoção;
- infraestrutura de segurança;



- instalações sanitárias;
- cantinas;
- auditórios;
- áreas de lazer;
- destinação social e ambientalmente correta dos resíduos;
- outras áreas.
-

Equipamentos:

- equipamentos de informática: parque, acesso pelo pessoal técnico-administrativo e discentes;
- recursos audiovisuais e mídia;
- rede de comunicação (internet, intranet)
- plano de expansão e atualização de software e equipamentos (plano diretor de informática).

Serviços:

- apoio logístico para as atividades acadêmicas;
- manutenção e conservação das instalações físicas;
- manutenção e conservação dos equipamentos;
- segurança;
- limpeza;
- portaria.

Categoria 7.2: **Biblioteca**

Aspectos a analisar:

Espaço físico:

- instalações para o acervo;
- instalações para estudos individuais e em grupo;
- acondicionamento adequado do acervo;
- condições de acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.

Acervo:



- informatização;
- políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de operacionalização;
- acervo para deficientes visuais.

Serviços:

- horário de funcionamento;
- serviços de acesso ao acervo;
- apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos;
- recursos humanos: perfil, capacitação, dimensionamento.

Categoria 7.3: Laboratórios e instalações específicas

Aspectos a analisar:

Espaço físico e equipamentos:

- políticas de conservação, expansão e suas formas de operacionalização;
- políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e suas formas de operacionalização;
- utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Serviços:

- normas de segurança e seu cumprimento;
- políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e suas formas de operacionalização.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.

Categoria 8.1: Planejamento Institucional.

Aspectos a analisar:

- adequação e efetividade do PDI com o PPI e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- abrangência do processo de planejamento;



- participação da comunidade no processo de planejamento;
- transparência do processo de planejamento;
- acompanhamento do processo de planejamento.

Categoria 8.2: **Avaliação Institucional.**

Aspectos a analisar:

Auto avaliação:

- atuação da CPA;
- programa de auto avaliação;
- abrangência do projeto de auto avaliação;
- participação da comunidade universitária;
- sintonia com o planejamento;
- divulgação e análise dos resultados;
- ações acadêmicas e administrativas desencadeadas em função da auto avaliação;
- meta-avaliação.

Avaliação institucional:

- avaliações externas;
- ações desencadeadas em função da avaliação externa;
- articulação entre os resultados da avaliação externa e os resultados da auto avaliação.

Dimensão 9: **Políticas de atendimento aos estudantes.**

Categoria 9.1: **Corpo Discente.**

Aspectos a analisar:

- utilização dos dados sobre ingressantes, evasão, tempo médio de conclusão, formaturas, relação professor / aluno e outros indicadores de gestão para formulação de políticas;
- perfil dos discentes;
- políticas de acesso e seleção;



- programas de acompanhamento psicopedagógico e do desempenho discente;
- programas de mobilidade e intercâmbio;
- realização de eventos científicos, culturais, técnicos, artísticos e esportivos;
- espaços de convivência;
- políticas de participação dos discentes em atividades de ensino e pesquisa;
- meios de divulgação de trabalhos e produções discentes;
- facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos;
- políticas de permanência: bolsas acadêmicas; apoio à participação em eventos; programas de apoio a atletas.
- políticas de redução da evasão.

Categoria 9.2: **Egressos**

Aspectos a analisar:

Acompanhamento do egresso:

- inserção profissional dos egressos;
- participação dos egressos na vida da Instituição (*Programa de educação continuada voltada para os egressos*).

Dimensão 10: **Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.**

Categoria 10: **Sustentabilidade Financeira.**

Aspectos a analisar:

- sustentabilidade financeira;
- relação entre o PDI e o orçamento previsto;
- políticas de captação e alocação de recursos;
- transparência na alocação de recursos;
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino e pesquisa;
- destinação das verbas para capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo.



9 CRONOGRAMA

| CRONOGRAMA PARA O TRIÊNIO 2023 - 2025 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|
| ANO | | 2023 | | | | | | | 2024 | | | | | | | 2025 | | | | | | | 2026 | | | | |
| ETAPAS | Atividades / Ações | Mar | Abr | Jun | Set | Out | Nov | Dez | Fev | Mar | Abr | Jun | Set | Out | Nov | Dez | Fev | Mar | Abr | Jun | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar |
| 1 Preparação | Constituição | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Planejamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sensibilização | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 Desenvolvimento | Elaboração do Projeto de Autoavaliação | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Elaboração dos instrumentos de coleta de dados | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Execução da Avaliação dimensões SINAES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Análise e interpretação dos dados | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Produção do Relatório Preliminar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Discussão do Relatório Preliminar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Divulgação do resultado da Avaliação Interna | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

10 RECURSOS

10.1 RECURSOS HUMANOS

| Descrição | Perfil | CH | Quant. |
|--------------------------------------|---|------|--------|
| Docentes | Experiência na docência e gestão da educação superior e em avaliação institucional. *Componente da CPA com alocação de horas | 40 * | 2 |
| Técnico Administrativo | Habilidades de secretariar, organizar processos, digitar. | 40 | 2 |
| Analista de Tecnologia da Informação | Habilidade de realizar estruturação de base de dados e programação web | 40 | 1 |

10.2 RECURSOS MATERIAIS / EQUIPAMENTOS (INFRAESTRUTURA)

Sala de Reuniões e Sala para Secretaria, mobiliadas e equipadas, a saber:

| Item | Descrição | Quant. |
|------|-----------------------|--------|
| 1 | Resma de papel A4 | 04 |
| 2 | Caneta esferográfica | 07 |
| 3 | Tinta para impressora | 04 |
| 4 | Impressora | 01 |
| 5 | computador | 01 |

10.3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS / FINANCEIROS, EM R\$

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|-------------|-------------|
| Resma papel A4 | R\$17,50 | R\$70,00 |
| Caneta | R\$0,70 | R\$3,50 |
| Tinta preta e color. para impressora/hora | R\$212,00 | R\$636,00 |
| Impressora com toner/hora | R\$399,60 | R\$1.198,80 |
| Computador/Hora | R\$432,00 | R\$1.296,00 |
| Total | | R\$2.976,30 |

Nota explicativa: O cálculo de uso da impressora, tinta e computador foi realizado por hora de uso, porque são equipamentos da instituição. Foi assim configurado:

Computador: Hora = 0,90; uso médio de 5 dias = 36,00 meses. Totalizando uso pelos 3 anos. Cada ano sai a R\$432,00 x 3 anos.

Impressora: A instituição utiliza o formato de aluguel para este tipo de equipamento



Tinta para impressora: Este equipamento é da instituição será adquirido somente os cartuchos de tinta colorida e preta para a impressão dos relatórios para divulgação impressa.

11 META-AVALIAÇÃO

Os processos de avaliação interna e externa deverão ser analisados constantemente, para retro-alimentação do sistema e aperfeiçoamento da instituição.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional é um processo ainda interpretado com reserva por parte da comunidade universitária, explicável diante de uma vivência ainda imatura quanto aos objetivos educativos do processo avaliativo.

Há necessidade de agregar novos valores e conteúdos aos membros da Comissão Própria de Avaliação, com o objetivo de atender as novas demandas da Instituição, assim como manter a transparência do processo avaliativo.

Palmas -TO, abril de 2023.

Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Faculdade Serra do Carmo

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. *A GED no contexto da avaliação institucional*. Universidade e Sociedade, Uberlândia, MG, a . VIII, n. 17, p. 52-56, nov., 1998

MARCOVITCH, Jacques. *A Universidade impossível*. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. *Avaliação do ensino superior no Brasil: algumas notas*. IGLU: *Revista Interamericana de Gestión y Liderazgo Universitario*. Quebec, Canadá, n. 13, oct, 1997.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende e MARTINS, Carlos Benedito. *Programas de melhoria e inovação no ensino de graduação: uma avaliação preliminar*. Estudos e Debates, n. 20. Brasília, CRUB, mar., 1999.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRIGUEIRO, Michellangelo Giotto Santoro. *A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas*. Estudos e Debates, Brasília, n. 20, p. 37 – 109, mar., 1999.

TRIGUEIRO, Michellangelo Giotto Santoro. *Ensino Superior privado no Brasil*. Brasília. Paralelo 15. São Paulo: Marco Zero, 2000.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. *Educação Superior no Brasil: a avaliação institucional como condição para seu desenvolvimento*. Educação Brasileira, v. 1, n. 2. Brasília: CRUB, 1993.

DOCUMENTOS

Relatório Geral Faculdade Serra do Carmo do triênio 2015/2018.

Planejamento Pedagógico Institucional – Faculdade Serra do Carmo 2015 a 2018.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – Da Concepção à Regulamentação. Brasília INEP, Setembro/2004.

MEC/CONAES – Diretrizes para Avaliação das Instituições da Educação Superior. Brasília, agosto/2004.

SINAES – Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004. Brasília, 2004.